

Polos de desenvolvimento e polarização na *Revista Brasileira de Geografia* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Breno Viotto Pedrosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências. Rio Grande do Sul, Brasil.

Recibido: 12 de septiembre de 2023. Aceptado: 22 de noviembre de 2023.

Resumo

Objetivando aprofundar o debate sobre a circulação dos saber e a recepção intelectual, se busca no presente artigo compreender as vicissitudes do debate acerca do chamado fenômeno da polarização e da teoria dos polos de desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notadamente por meio da análise da *Revista Brasileira de Geografia*, uma das suas principais publicações. Com isso, se tenta delimitar quais os artigos divulgados que acabaram por modular a discussão sobre o assunto no campo da geografia. O tema da polarização ganhou mais atenção nas décadas de 1960 e 1970, coincidentemente quando os governos militares do Brasil sistematizam políticas governamentais de planejamento urbano e regional. Em plena Guerra Fria, a difusão de estratégias e técnicas para o desenvolvimento social e econômico tinha um papel fundamental e, para o caso em tela, se nota que inicialmente o IBGE teve uma influência marcada pela interpretação de Michel Rochefort que colaborou com essa instituição. Com a ascensão de Speridião Faissol dentro do IBGE é perceptível uma mudança interpretativa a respeito da polarização e da teoria dos polos, que passa a adotar outras metodologias e referências teóricas mais ligadas à geografia discutida nos Estados Unidos e na Inglaterra, mesmo que não exista uma ruptura total com as problemáticas de pesquisa que haviam sido propostas por Rochefort. Dessa feita, o escrutínio dos artigos publicados pela *Revista...* pode delinear quais os argumentos e matizes do debate, em um momento, por um lado, interessante para o IBGE face ao intercâmbio científico da instituição com o exterior, e, por outro, de risco para o campo da Geografia, pois os economistas eram cada vez mais instados a pensarem o planejamento regional e urbano.

PALAVRAS-CHAVE: POLOS DE DESENVOLVIMENTO; POLARIZAÇÃO; REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA; IBGE.

Development Poles and Polarization in the Brazilian Journal of Geography of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE)

Abstract

Aiming to deepen the debate on the circulation of knowledge and intellectual reception, this article seeks to understand the vicissitudes of the debate about the so-called

phenomenon of polarization and the theory of growth poles at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), notably through the analysis of the Brazilian Journal of Geography, one of its main publications. With this, an attempt is made to delimit which articles ended up shaping the discussion on the subject in the field of geography. The theme of polarization gained more attention in the 1960s and 1970s, coinciding with the Brazilian military governments' systematization of urban and regional planning policies. During the Cold War, the diffusion of strategies and techniques for social and economic development played a fundamental role, and in this case, it is noted that the IBGE was initially influenced by the interpretation of Michel Rochefort, who collaborated with this institution. With the rise of Speridião Faissol within the IBGE, a perceptible shift in interpretation regarding polarization and the theory of poles occurred, adopting other methodologies and theoretical references more connected to geography discussed in the United States and England, even though there is no complete break with the research issues proposed by Rochefort. Thus, the scrutiny of the articles published by the Journal can delineate the arguments and nuances of the debate at a moment that was, on one hand, interesting for the IBGE due to the institution's scientific exchange with abroad, and on the other hand, risky for the field of Geography, as economists were increasingly urged to consider regional and urban planning.

KEYWORDS: GROWTH POLES; POLARIZATION; BRAZILIAN JOURNAL OF GEOGRAPHY; IBGE.

Resumen

Con el objetivo de profundizar el debate sobre la circulación del saber y la recepción intelectual, se busca en el presente artículo comprender las vicisitudes del debate acerca del llamado fenómeno de la polarización y de la teoría de los polos de desarrollo en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), por medio del análisis de la *Revista Brasileira de Geografia*, una de sus principales publicaciones. Con ello, se intenta delimitar cuáles artículos publicados terminaron modulando la discusión sobre el tema en el campo de la geografía. La polarización ganó más atención en las décadas de 1960 y 1970, coincidentemente cuando los gobiernos militares de Brasil sistematizaron políticas gubernamentales de planificación urbana y regional. En plena Guerra Fría, la difusión de estrategias y técnicas para el desarrollo social y económico tenía un papel fundamental y, para el caso en cuestión, se nota que inicialmente el IBGE tuvo una influencia marcada por la interpretación de Michel Rochefort, quien colaboró con esta institución. Con el ascenso de Speridião Faissol dentro del IBGE, se percibe un cambio interpretativo respecto de la polarización y de la teoría de los polos, que pasa a adoptar otras metodologías y referencias teóricas más ligadas a la geografía discutida en Estados Unidos y en Inglaterra, aunque no exista una ruptura total con las problemáticas de investigación que habían sido propuestas por Rochefort. De esta manera, el escrutinio de los artículos publicados por la revista... puede delinear cuáles fueron los argumentos y matices del debate, en un momento, por un lado, interesante para el IBGE frente al intercambio científico de la institución con el exterior y, por otro, de riesgo para el campo de la Geografía, ya que los economistas eran cada vez más instados a pensar en la planificación regional y urbana.

PALABRAS CLAVE: POLOS DE DESARROLLO; POLARIZACIÓN; REVISTA BRASILEÑA DE GEOGRAFÍA; IBGE.

Introdução

Compreender a recepção intelectual dos polos de desenvolvimento no Brasil não é uma tarefa simples, pois existe uma miríade de autores, de diversos campos, e de instituições, de várias escalas e tipos, que foram responsáveis por sua instrumentalização. Existe a circulação de intelectuais de renome internacional que vieram ao Brasil, difundiram suas ideias e testaram suas teorias analisando o território, utilizando-o como uma espécie de balão de ensaio para verificar se suas teorias eram válidas.

Diante do tamanho desafio de sistematizar, contextualizar e narrar uma história dessa multiplicidade de manifestações, o objetivo deste artigo é recortar alguns textos publicados na *Revista Brasileira de Geografia*, uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) para ressaltar uma mudança de abordagem dos geógrafos ibgeanos na passagem da década de 1960 para 1970, período da ditadura militar no Brasil. Nesse momento histórico de alinhamento entre Brasil e EUA, o desenvolvimento é peça chave nas relações internacionais e na tentativa de dirimir as desigualdades regionais, assim o planejamento regional tem papel estratégico e se torna um campo ao mesmo tempo em disputa por vários profissionais e em internacionalização com a visita de técnicos estrangeiros e com o financiamento oferecido por órgãos internacionais. Ademais, temos a estruturação de um sistema nacional de planejamento centralizado a partir dos anos 1970.

Nossa perspectiva será do escrutínio epistemológico e das estratégias metodológicas de análise, pois a leitura internalista dos artigos revela os debates feitos no IBGE e no campo do planejamento regional brasileiro, que são igualmente influências dos intelectuais que em escala mundial se esforçavam para difundir a teoria dos polos e do desenvolvimento econômico, que propunham em plena Guerra Fria caminhos para a superação das desigualdades. Os intelectuais ibgeanos que selecionamos, em seus diferentes pontos de vista, acabam por ser sintetizadores e tradutores de tais teorias para a análise da realidade geográfica brasileira, sem deixar de manifestar lampejos de originalidade em suas investigações. Pedro Geiger (1923) e Speridião Faissol (1923-1997), ambos do IBGE, tiveram o papel de *gatekeepers* (Bourdieu, 2023) ao citarem, traduzirem, aplicarem e pautarem o debate sobre a polarização na *Revista Brasileira de Geografia (RBG)*, modulando a recepção intelectual a partir de seus pontos de vistas e posições no campo da geografia brasileira, vis-à-vis às disputas internas do planejamento regional brasileiro e a mundialização científica deste.

Nossa metodologia, portanto, é o cotejamento de textos da *RBG* para demonstrar uma transição lenta de uma geografia mais afim das abordagens da Geografia Ativa francesa para a Geografia Quantitativa estadunidense, uma mudança que ocorre quase em um tom conciliatório, sem rupturas drásticas, modificando lentamente o escopo de análise a partir da adoção de novas metodologias. Por uma questão de espaço, evocaremos o contexto histórico dessa trajetória de maneira mínima, destacando os processos sociais que impulsionam tais transições.

Quanto à presença de estrangeiros no IBGE, devemos lembrar que no início da década de 1960, Rochefort orienta pesquisadores para o estudo da questão industrial e urbana com enfoque no Sudeste – Rio de Janeiro, São Paulo e arredores (Almeida, 2000: 262). Ainda na década de 1960, o tema da descentralização industrial e transferência para o

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

Nordeste do Brasil – vista como região problema - aparece na ordem do dia. A presença de Rochefort no Brasil foi revolucionária pelo encadeamento de vários subcampos da geografia como a urbana, a agrária, a da população e a das indústrias. O funcionamento do grupo de geografia das indústrias do IBGE, orientado por Rochefort, ocorreu entre 1961 e 1963, mesmo período em que ele ocupava importante cargo no planejamento estatal francês (Martin e Machado, 2014:31).

Paralelamente, Peter Haggett, importante figura da geografia quantitativa esteve no Brasil em 1959 e entre 1963-64, ocasião em que lecionou curso, estudou a serra do mar e publicou texto sobre a distribuição vegetal nos trópicos com o uso de fórmulas matemáticas (Thrift, 1991:358-359). Além disso, em 1968, “[...] John P. Cole, Brian Berry e John Friedmann que visitam o IBGE (1969) e estruturam uma ligação forte com o Grupo de Áreas Metropolitanas (GAM) do Departamento de Geografia, liderado agora por Speriðião Faissol” (Almeida, 2000: 55). Cabe observar que Berry e Friedmann trabalharam juntos no Chile, entre 1967 e 1968, quando o primeiro esteve nesse país fazendo projetos para a Fundação Ford e para o governo chileno com o objetivo de estabelecer centros de crescimento e estratégias de desenvolvimento para as ilhas Magalhães. No seu currículo consta que entre 1968 e 1970, Berry foi consultor do IBGE e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU)¹. Segundo Almeida (2000:151), Berry e Friedmann foram convidados para atuar no IBGE, pois a SERFHAU não tinha mais recursos para financiar sua permanência. Além dessas figuras que estiveram envolvidos no IBGE, veremos que autores como G. Myrdal e A. Hirschman serão discutidos pelos ibgeanos, sendo que ao lado de Friedman esses pensadores foram centrais para a estruturação do campo do planejamento regional durante a Guerra Fria, difundindo técnicas e estratégias para a superação do subdesenvolvimento. O IBGE se engaja nesse debate, mesmo que posteriormente, os geógrafos percam espaço para os economistas formados dos EUA, pois o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – criado pela ditadura em 1964 –, se constituiu como espaço privilegiado de estudos sobre o planejamento (Pedrosa, 2022).

As considerações dos geógrafos ibgeanos

No final da década de 1960, encontramos na *RBG* estudos que discutem a polarização e os polos sob a perspectiva de Michel Rochefort, como, por exemplo, o estudo de Ignez C. Barbosa (1967) sobre o Estado do Paraná. A autora busca fazer uma regionalização clara do espaço com base na divisão por espaços homogêneos e polarizados. Encontramos ainda um artigo de Geiger (1969) que propõe uma reflexão sobre a geografia e o planejamento, que marca uma ampliação da perspectiva do método rochefortiano, incorporando referências que são moeda corrente no campo do planejamento regional. Interessantemente, Geiger (1967:111) afirma que a economia espacial e a geografia ativa são perspectivas que desenvolveram a geografia e o planejamento. Um elemento relevante é a citação de John Friedmann, na época importante referência sobre os polos de desenvolvimento, e William Alonso, um dos primeiros alunos da escola da economia espacial do economista estadunidense Walter Isard.

1. Informação disponível em <<https://explorer.utdallas.edu/editprofile.php?pid=1066>>, acessado em 20 de novembro de 2017.

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

O texto, contudo, não abandona ideias centrais apresentadas por Rochefort e pela geografia ativa, como a concepção que a rede urbana se liga à estrutura geográfica do espaço, que são necessárias regiões programa para organizar o espaço nacional e que as monografias regionais estão superadas em detrimento do novo método que concatena geografia urbana, econômica e industrial. Citando B. Kayser, Geiger elenca a análise do meio, da localização e da situação geográfica, como estudo atual da combinação de fatos geográficos e das componentes éticas do planejamento, consoante com a visão de George (1966) de que o trabalho do geógrafo deve ser interdisciplinar (Geiger, 1969:115). Sinteticamente, este é o mesmo argumento apresentado por Kayser (1966) no seu capítulo do livro *A geografia ativa*, que ilustra a relação de cooperação e tensão entre economistas e geógrafos, pois ambos poderiam atuar na regionalização de espaços homogêneos e polarizados.

Nesse processo, a regionalização é fundamental, pois ela é reflexo do desenvolvimento do país, enquanto a ausência das estruturas regionais é a marca do subdesenvolvimento, evidenciando-se, portanto, um caminho para sua superação. Assim, “se existe um padrão espacial correspondendo a cada estágio de desenvolvimento econômico, pode-se avançar a ideia de que exista uma estratégia ‘ótima’ para transformações espaciais, de um estágio a outro” (Geiger, 1969:111). No seu esquema, a difusão tecnológica moderniza os espaços e os polos devem ser escolhidos a partir de uma regionalização adequada, de forma a atrair indústrias e gerar o desenvolvimento. Contudo, o autor defende a continuidade da vida autônoma da região:

Embora possa estar apoiada na divisão territorial do trabalho, a moderna regionalização transcende este fenômeno quando se observa que a partir de uma espacialização de produção, determinado território toma um desenvolvimento próprio como *unidade dotada de certa autonomia*. (Geiger, 1969:111)

Postos os problemas teóricos, Geiger parte para considerações sobre a situação brasileira e ao evocar a Sudene – órgão criado na década de 1950, para desenvolver o Nordeste brasileiro -, ele argumenta pela criação de um polo na cidade de Recife que já possui estrutura adequada. No tocante à Amazônia, defende a dispersão de atividades de forma a povoá-la (Geiger, 1969:112). O polo de Recife estruturaria a regionalização do interior do estado, enquanto na Amazônia existiriam focos dispersos para exploração de recursos naturais específicos. A semelhança com a política instaurada no projeto Polamazônia (1974) é grande. Dessa maneira:

Uma das ideias aplicadas em planejamento é a de dirigir a regionalização, débil ou inexistente nas áreas mais arcaicas. Trata-se de estimular o processo através da criação ou do fortalecimento dos chamados ‘polos de crescimento’ e de políticas de isenção que favoreçam a localização de indústrias em determinadas regiões. (Geiger, 1969:112)

Geiger defende a presença das indústrias, o que nem sempre ocorreu, principalmente na região Norte, no interior do Nordeste e no Centro-Oeste do Brasil, ou seja, os polos serviram à agricultura, à mineração e à agroindústria em vários casos (Pedrosa, 2022). Nesse sentido, os polos devem ser pensados tendo em vista que nos países subdesenvolvidos temos regiões problema e um crescimento explosivo das áreas metropolitanas, com forte industrialização, o que resulta na macrocefalia urbana e na escassez

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

de infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços. Daí a necessidade de um plano regional articulado com a questão urbana, uma vez que a precariedade das metrópoles acaba por atrapalhar o seu poder de polarização, tendo em vista sua ação de exploração das regiões (Geiger, 1969:112).

São Paulo, para Geiger (1969:112), começava naquela época a se assemelhar com um polo desenvolvido que se descongestiona, contudo, as rodovias que cortam sua hinterlândia ainda sugam mais recursos do interior que os distribuem. O autor ainda problematiza a questão dos eixos de desenvolvimento, evidenciando a tendência da ligação entre os polos de São Paulo e Rio de Janeiro e a modernização do campo através da Estrada de Ferro Paulistana, mesmo que a mesma carecesse na época de infraestruturas adequadas para ser um eixo difusor. Assim, mesmo com a inserção de algumas referências e conceitos novos, o artigo de Geiger, *grosso modo*, reafirma a pertinência do método de Rochefort para um planejamento capaz de organizar o espaço nacional e superar o subdesenvolvimento.

O estudo para o Plano Decenal

Almeida nos apresenta um panorama da relação entre o IBGE e o governo no final da década de 1960:

Nos anos de 1967 e 1968 iniciou-se no âmbito da Divisão de Geografia os estudos para definição da nova regionalização em espaços homogêneos e polarizados (IBGE, 1967a e 1967b). Além dessas obras, foi também organizado o convênio com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) para analisar a estrutura espacial brasileira (IBGE, 1968b) coordenado por uma equipe que contava com Marília Veloso Galvão (que tinha assumido a chefia da Divisão de Geografia que estava sendo elevada à categoria de Departamento), Lysia Bernardes (chefe anterior da Divisão de Geografia e que estava se transferindo para o IPEA por conta desse projeto), Pedro Geiger, Elza Keller, Speridião Faissol, além de terem contato com a consultoria de Michel Rochefort nas fases iniciais do processo (Almeida, 2000:243-244)

Em 1967, são publicados os “Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil”, uma versão sintética do estudo desenvolvido entre IPEA e IBGE, apresentado no *Congresso de Integração Nacional*, realizado em 1966, na cidade de Salvador. Como destacou Bomfim (2008:172), no mesmo ano, em Recife, sob tutela da Sudene ocorre o I Seminário sobre os Polos de Desenvolvimento, o que demonstra uma ampliação dos usos da teoria dos polos e de seu debate intelectual.

Os estudos iniciam expondo o método de trabalho e as premissas adotadas para a regionalização, o que significou o uso de macrorregiões polarizadas e regiões homogêneas como escalas básicas de análise. A proposta faz parte de uma política de desenvolvimento “mais objetiva e precisa” vinculada ao Plano Decenal (IBGE, 1967: 82), publicado em 1967, sob o governo Castelo Branco, quando Roberto Campos era ministro do planejamento. O plano decenal foi implementado efetivamente durante o governo Costa e Silva, mas foi interrompido. Assim:

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

A execução do plano seria coordenada por um grupo de planejamento geral, que por sua vez abrangeria vários grupos: o de agricultura, o de desenvolvimento social — compreendendo os setores de habitação, educação, saúde e previdência social —, o de indústria, o de infraestrutura — com os setores de comunicações, transportes e energia —, e o de planejamento regional. Haveria ainda grupos para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Oeste e Sul, um setor ou grupo de macroeconomia encarregado da política monetária, fiscal e internacional, e um grupo de serviços (Berloch, 2000, s.p. — grifo nosso).

O foco nas infraestruturas, o investimento para o desenvolvimento, o combate à inflação e a retração do Estado na participação da economia, davam a tônica do plano de Roberto Campos, se alinhando à agenda liberal, preocupado com a atração de investimentos estrangeiros, diante de um fortalecimento das empresas nacionais. O estudo publicado pelo IBGE tinha o objetivo de fornecer critérios básicos para o emprego dos vários instrumentos de política econômica, sejam os investimentos públicos e a fixação de preços, sejam os instrumentos indiretos como impostos, taxas cambiais, mecanismos de crédito, etc. O estudo também visa contemplar os critérios qualitativos do planejamento visando uma mudança da estrutura econômica, com a reforma agrária e a urbana.

Isso significa que o estudo não seria uma indicação de onde os polos de desenvolvimento deveriam ser instalados, mas a identificação do fenômeno da polarização e sua magnitude na rede de cidades, paralelamente à divisão de todo o espaço brasileiro em regiões homogêneas, sejam elas polarizadas ou não. A região homogênea não polarizada é aquela que não é organizada por uma cidade que estrutura seu espaço regional. Dessa forma, os espaços polarizados e homogêneos estabelecem uma relação de complementaridade, o primeiro delimita uma região econômica, coesa e mesoescalar, enquanto o segundo estabelece espaços mais restritos cujas características econômicas, naturais, de uso e ocupação de solo são homogêneas.

Para a definição de regiões homogêneas se utiliza um estudo fisiográfico do IBGE de 1945, em que são definidas 228 grandes zonas no território brasileiro, se inter cruzando com mais duas variáveis, a paisagem natural e a atividade econômica. As regiões homogêneas são sínteses parciais e globais que consideram quadro natural e potencial humano — com especial atenção aos aspectos demográficos —, produção agrícola associando cultivos e estrutura agrária, organização dos transportes e serviços com capacidade polarizadora limitada (turismo, atividade religiosa, militar, etc). A partir do prognóstico das regiões homogêneas, se definiriam as regiões programadas de acordo com suas potencialidades, tendo como base os dados produzidos pelo IBGE (1967:95).

Para as regiões homogêneas não ou fracamente polarizadas pelas cidades, os autores aventam a possibilidade da aplicação de isenções fiscais similares às praticadas pela Sudene, estabelecendo um critério de delimitação espacial das áreas a serem beneficiadas — efetivamente a Amazônia será contemplada nessa ampliação. Entra em foco a velha premissa do planejamento regional francês, ou seja, os investimentos públicos devem se pautar nas potencialidades das pequenas regiões, ao mesmo tempo em que se distribui nos espaços menos desenvolvidos polos que fomentem a economia (IBGE, 1967:82-83).

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

Os polos não se desenvolveriam sozinhos, ou seja, os estados e municípios devem equipá-los e implantá-los, sendo que são propostos, com base na experiência francesa, prêmios para as indústrias que se deslocam, isenções fiscais, empréstimos públicos e treinamento de mão de obra, se realizando um mapa das zonas com muita ajuda governamental, média, fraca e sem ajuda (IBGE, 1967:83-84). De forma geral, tais premissas já eram utilizadas pela Sudene e ganham uma conotação cada vez mais geográfica pelo estudo do IBGE, notando que os autores não definem os entes governamentais responsáveis pelo planejamento e implantação dos polos. Alguns anos mais tarde, o resultado disso é a proliferação de polos em nível federal, regional e mesmo municipal com a criação dos chamados distritos industriais, projetos estes que nem sempre ocorrem de maneira articulada, apesar do planejamento brasileiro na época da ditadura ser centralizado em escala federal.

O estudo das macrorregiões polarizadas serviu de base para repensar a divisão regional do Brasil, modificada em 1970, instaurando a regionalização oficial atual. A fluidez do território foi também beneficiada, pois o estudo ofereceu subsídios para o planejamento do sistema de transportes (IBGE, 1967:82-83).

O documento se refere ainda às metrópoles de equilíbrio de Rochefort e Hauteux. Apesar de ressaltar a importância da distribuição equilibrada do setor terciário no espaço e a capacidade de atração de fluxos das grandes cidades, não aborda a macrocefalia urbana, nem sugere um conjunto de metrópoles de equilíbrio para o Brasil, elemento central da proposta de Rochefort para França (IBGE, 1967:84). Contudo, são designados nove polos macrorregionais: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. A partir de adaptações do método Rochefort se conclui que “[...], o estudo do enquadramento terciário da rede urbana da região indicará as localizações mais favoráveis para a implementação das atividades econômicas” (IBGE, 1967:86).

Sugere-se então polos de promoção industrial e o equipamento de áreas pouco dinâmicas para torná-las polos atrativos, através da criação de empregos e oferecimento de crédito para ampliação e instalação de empresas. A concretização dessas premissas poderia ocorrer pela desapropriação de terrenos nas cidades, redução de impostos, subvenção de 10% a 20% de impostos ou do crédito direcionado ao desenvolvimento (IBGE, 1967:84). Tais medidas são afins das políticas da Sudene e da *Casa per il Mezzogiorno*, órgão do planejamento regional italiano.

Acompanham os polos, os planejamentos de polígonos e faixas que unem as localidades com políticas especiais de incentivos fiscais. Nesse sentido, a escolha dos polos considera a potencialidade, os equipamentos e as metas do plano decenal, ou ainda:

Centro de polarização é o mesmo que centro regional; uma grande cidade que, através de suas atividades de enquadramento é um local de expansão de atividades que pode ser ao mesmo tempo um centro de polarização, ou, pertencer à área de influência de um deles. (IBGE, 1967:86).

Tal definição, à *la Rochefort*, encadeia a lógica dos polos à hierarquia urbana, ou seja, instalar indústrias em grandes cidades significa reafirmar seu potencial polarizador, enquanto a criação de polos em áreas deprimidas criará centros de polarização (IBGE,

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

1967:87). Apesar de a divisão proposta seguir os limites estaduais e municipais do Brasil, os autores têm dimensão que sua distribuição pode suscitar disputas políticas no tocante às decisões de onde instalar os polos. Esse momento da exposição nos parece crucial, pois os autores definem os tipos possíveis de polos: (1) industriais de interesse nacional, estadual, microrregional; (2) polos de regiões agrícolas; (3) polos turísticos de interesse nacional ou estadual; e (4) outros tipos de polos.

A topologia é importante, porque apesar de em alguns textos e passagens Perroux, Boudeville e Rochefort flexibilizarem a existência dos polos para não serem estritamente industriais, os investimentos devem estar ligados a um plano maior que se articula em várias escalas. Essa ideia era mais ou menos consensual no planejamento regional da época. Acontece que essa flexibilidade na indicação de polos de várias naturezas poderia ao mesmo tempo atender os intentos estratégicos do planejamento federal, como os polos agrominerais que foram instalados na Amazônia, visando à integração econômica da região, mas, igualmente, servir aos interesses das elites locais, como foi o caso do projeto Polo Nordeste, que beneficiou e modernizou os latifúndios nordestinos. A técnica é maleável de acordo com os interesses políticos, seja do governo central, seja das elites locais, o que é corroborado pela não restrição da criação, sendo possível ter polos ligados à ministérios ou criados pelos próprios estados de forma autônoma. Tal independência tem um lado positivo, mas pode criar um clima de competição, nocivo ao plano nacional.

Na escala macrorregional, existe uma preocupação com o estudo dos centros de polarização e de suas áreas de influência, pois sua delimitação exige a síntese para se encontrar a divisão funcional do país (IBGE, 1967:88). É lembrado ainda que se faz necessário averiguar a hierarquia urbana da rede de cidades dentro de cada área polarizada. Nesse sentido, se estabeleceu o critério demográfico objetivo para os centros polarizadores que devem ter mais do que 400.000 habitantes, pois são capazes de “[...] apresentar força superior de polarização pelos mercados consumidores que representam, contando ainda com comércio e serviços especializados” (IBGE, 1967:89). Como segundo passo, “[...] definiram-se os centros secundários em número de 66, que no interior de cada região de nível superior irradiam bens e serviços para um espaço que gravita em torno deles” (IBGE, 1967:89).

Nessa escolha, a marca de Rochefort aparece na interpretação de que são as atividades do terciário as que têm a verdadeira capacidade polarizadora, uma concepção que Rochefort insistiu, em detrimento de uma visão mais ortodoxa da obra de Perroux que valoriza o efeito multiplicador das indústrias como mais importante elemento do desenvolvimento.

Para Rochefort, “[...] a relação entre o poder de polarização e a ação polarizadora” é o que define a área de influência. Nesse sentido, o setor terciário é dividido em oito categorias que recebem notas, com pesos diferentes para avaliar a polarização. Excluindo-se as cidades com menos de 10.000 habitantes, são considerados: (1) comércio de mercadorias, (2) atividades bancárias e financeiras, (3) serviço de administração, (4) serviço de consultoria, (5) atividade de instrução, (6) serviço de saúde, (7) serviço de cultura e (8) atividade de lazer (IBGE, 1967:90-91).

O estudo proposto foi realizado em etapas, a primeira feita com dados do IBGE e de órgãos do governo como Ministério da Educação, da Aeronáutica e o Departamento nacional de estradas de ferro. No segundo, são enviados questionários aos municípios

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

que devem devolvê-los preenchidos, sendo a enquête elaborada pelo IBGE e pelo IPEA. O resultado do estudo é um retrato da hierarquia urbana brasileira, que deve ser contextualizada geograficamente de acordo com as desigualdades regionais respeitados os limites municipais e estaduais (IBGE, 1967:93).

No ano seguinte, na *Revista...*, a preocupação com a polarização continua, pois Corrêa (1968:57) identifica a metrópole como lugar de comando da indústria, com sedes de empresas, comando dos empregados e do processamento das matérias primas. A análise dos dados demonstra que São Paulo e Rio de Janeiro possuem as maiores e mais importantes sedes empresariais, controlam grande quantidade de trabalhadores assalariados externos e possuem uma integração ótima com o resto da região Sudeste, denotando que “estas duas metrópoles comandam, entre outras atividades, a metalurgia pesada, a indústria química de bebidas, cigarros, conservas alimentares e papel, como também a indústria de material elétrico, de matéria plástica e a indústria gráfica” (Corrêa, 1969: 60-61). Apesar de referências a P. George, M. Rochefort e J. Hautreaux, vemos que Corrêa na sua análise se preocupa mais com a indústria do que com os serviços e demonstra que São Paulo possui uma área de influência grande, se comparada ao Rio de Janeiro e aos demais centros regionais. Talvez seu estudo explore um viés pouco abordado no âmbito do IBGE na época, analisando o abastecimento, a indústria e as sedes das empresas.

Um momento de transição

Em 1969, Geiger assina um artigo sobre o tema da regionalização, com a citação do livro *Regional development and planning* de J. Friedmann e W. Alonso, publicado em 1965, que conta com textos de B. Berry, por exemplo. Mais uma vez a regionalização aparece associada ao nível de desenvolvimento e ao período histórico de uma determinada sociedade, sendo a cidade o centro de uma região. Para o autor:

[...] a regionalização pela polarização é, a rigor um processo relacionado ao desenvolvimento de países de estrutura industrial, ou é um processo que atinge na plenitude em países desenvolvidos, onde os espaços homogêneos se apresentam não como regiões, mas como setores de regiões polarizadas. (Geiger, 1969:10)

A polarização se torna sinônimo de desenvolvimento industrial, se sobrepondo às regionalizações tradicionais, ou seja, de uma sociedade não industrial, considerando as infraestruturas de transportes e comunicação elementos importantes de difusão e equilíbrio da influência econômica (Geiger, 1969: 10). Seguindo a tendência da época, Geiger comenta sobre as capitais mais importantes e o processo de crescimento de suas áreas de influência, tomando a região como sistema aberto, que tende a integrar novos espaços. Geiger indica ainda a região Centro-Oeste como a periferia que está absorvendo os transbordamentos da região Sul e Sudeste. Ele ainda apresenta um panorama qualitativo dos polos e dos estudos feitos para Sudene, defendendo a ideia que o Nordeste deve ser subdividido em prol de uma estratégia espacial mais efetiva no planejamento (Geiger, 1969:18).

Novamente, sua defesa é que o desenvolvimento tem uma face claramente espacial, tendo as metrópoles como núcleos de comando:

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

Num estágio de desenvolvimento avançado, a economia nacional aparecerá numa plena hierarquia integrada de áreas funcionais, isto é, com a maioria da população e das atividades polarizadas a partir de áreas metropolitanas, e com efeito, apresentando-se em mercados nacionais, para o trabalho, os capitais e as mercadorias. (Geiger, 1969:15).

Isso não significa, contudo, que as cidades pequenas devam ser esquecidas em termos de investimentos públicos, sendo necessário um equilíbrio. Geiger (1969:18) observa ainda que a expansão industrial no Brasil está ocorrendo ao redor dos grandes polos e nos seus eixos de ligação. Assim, é importante estimular o poder de polarização das metrópoles regionais, pois nas regiões desenvolvidas seria possível ao planejamento organizar um cinturão de núcleos satélites que serviriam de antídoto para a concentração industrial (Geiger, 1969:20).

O artigo ainda deixa clara a concepção de que o IPEA é o órgão nacional responsável pelo planejamento e que o IBGE é responsável por demonstrar a “estrutura espacial do país”, dando subsídios para situar o planejamento, a partir de dados e diagnósticos (Geiger, 1969:20). Cabe lembrar que, na época, Geiger possuía inserção no IPEA, realizando trabalhos de pesquisa em conjunto com o órgão. Prova desse trânsito é o fato de Geiger, na parte final do artigo, fazer prognósticos para cada região brasileira, comentando um relatório preparado por Rochefort (1967) para o IPEA. Assim, na Amazônia se deveria incentivar o empreendimento moderno, garantir a circulação e evitar o esgotamento de recursos naturais, enquanto para o Nordeste as metas seriam diminuir a macrocefalia urbana, criar projetos setoriais e modernizar a agricultura (contemplado pelo projeto Polo Nordeste em 1974). Para o Centro-Oeste, se ressalta a criação de órgão para equipar e modernizar a agricultura (contemplado pelo projeto Polo Centro em 1975), bem como os polos selecionados. Para o Sudeste, são destacados os problemas urbanos ligados às grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (Geiger, 1969:21-23).

Além disso, o próprio fato de Rochefort ter feito relatório para o IPEA demonstra sua ligação com a instituição e podemos aventar que ele tenha articulado a participação de geógrafos no instituto. Finalmente, a conclusão de Geiger faz eco às preocupações da época em modernizar a geografia e afirmá-la como ciência sistemática:

A geografia urbana foi um veículo para a unificação de geografia sistemática e regional de que resulta a concepção da geografia como uma ciência social, cujo objeto é o estudo da organização do espaço pelo homem. Hierarquia, posição, função e tipo são as novas categorias da geografia moderna que une o estudo regional e o sistemático. (Geiger, 1969:23)

O excerto evidencia uma preocupação em se posicionar sobre um problema epistemológico suscitado pela nova geografia, o que demonstra uma abertura diante da interpretação de Rochefort, ou seja, temos uma prática (*hábitus*) em mutação dentre os geógrafos do IBGE que passam cada vez mais a incorporar referências, preocupações, técnicas e metodologias da geografia e do planejamento regional que gravitam ao redor do mundo intelectual americano – que se pretende universal – e, não mais ao francês, mesmo que ambos tivessem elementos em comum. Apesar dos resquícios vidalianos não desprezíveis, é inegável que a geografia ativa francesa buscou uma modernização

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

da agenda de pesquisas, voltando-se para os problemas do mundo contemporâneo com especial enfoque na geografia econômica. Cabe lembrar que a geografia quantitativa chega à França tardiamente, na década de 1970 e a reação de Pierre George, líder da geografia ativa, foi de atacar um uso exacerbado do método quantitativo, sem negar a importância das estatísticas para o planejamento, mas destacando o seu uso como ilusão de exatidão (George, 1976:63).

Geiger conhece John P. Cole, em 1967, durante um congresso da União Geográfica Internacional no México e entra em contato com os trabalhos de B. Berry. Em 1969, trabalha como professor visitante na Universidade de Columbia nos Estados Unidos e, em 1970, publica o artigo “Cidades do Nordeste. Aplicação de ‘factory analysis’ no estudo das cidades nordestinas” na *Revista Brasileira de Geografia* (vol. 32, nº 4), propondo uma hierarquia urbana a partir da análise fatorial, reafirmando o papel preponderante de Recife na região. O texto é a revisão de um tema rochefortiano sob a ótica quantitativa (Martin e Machado, 2014:196). Esse número da *RGB* é uma expressão do momento de afirmação da nova geografia, pois praticamente todos os textos publicados tem um viés quantitativo, Faissol assina três dos seis artigos, sendo o primeiro deles um balanço das repercussões da “revolução quantitativa” no Brasil. O número conta ainda com artigos assinados por J. P. Cole e B. Berry, analisando o Brasil, aplicando métodos como a cadeia de Markov. Tal fato, marca a posição do IBGE dentro e fora do campo da geografia: o número da *RGB* tem um peso simbólico para o público interno, enquanto para os demais campos científicos, tecnocracia e governantes, se propagandeia a ideia de um revolução simbólica que erige uma geografia moderna, técnica, neutra e afim dos métodos mais avançados do estrangeiro.

Um passo no incremento do legado deixado por Rochefort é a publicação da “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, de 1972, sob a coordenação de Geiger, finalizado por E. Keller e realizado por equipes coordenadas por Lobato Corrêa e A. Capdeville que introduziram inovações importantes como, por exemplo, elementos revisados da teoria de Christaller, além de ideias de Boudeville e E. Juillard. Os espaços polarizados, contudo, ainda são foco da análise (Almeida, 2000:246).

Em 1973, Faissol, principal entusiasta da nova geografia quantitativa, se torna superintendente de estudos geográficos e socioeconômicos e, em 1977, ascende a diretor técnico do IBGE, cargo que vai deixar apenas com a saída de Isaac Kerstenetzky da presidência do IBGE, em 1979.

Da geografia ativa traduzida à Nova Geografia

Apenas três anos após a publicação do texto de Geiger, encontramos na *RGB* um artigo de Faissol sobre os polos de desenvolvimento no Brasil. Sem sombra de dúvidas, esse texto é um marco da reafirmação da geografia quantitativa e a conversão da teoria a um viés quantitativo. Ressalta-se que, Perroux, Friedmann, Myrdal e Hirschman, importantes referências sobre a discussão, não veem a teoria dos polos como uma teoria matemática-quantitativa, mas apoiada em instrumentos estatísticos que lhe conferem embasamento. Mesmo assim os polos são encarados como modelos de compreensão do espaço e incorporados à luz da nova geografia, constituindo, por exemplo, capítulo

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

do livro *Models in Geography*, (Chorley e Hagget, 1967), importante guia da nova tendência.

Faissol inicia suas reflexões dizendo que a teoria dos polos de desenvolvimento foi aceita no Brasil de maneira generalizada, sob o consenso de que sua aplicação aceleraria o crescimento (Faissol, 1972:53), o que demonstra o espírito da época. Nesse texto, não existem referências à Rochefort e pouco debate de autores franceses, pois Faissol prefere a perspectiva de Berry. Ele recupera e cita o balanço do geógrafo inglês que identifica duas abordagens a respeito dos polos, uma primeira chamada “modernizadora”, acredita que o polo tende a ser uma concentração autoreforçadora, como na causação circular de Myrdal, e uma segunda posição chamada por Berry de “tradicionalista”, que admite que o desenvolvimento se espalha na região. Nesse contexto, Faissol defende a formação de polos acompanhados de políticas de desconcentração econômica (Faissol, 1972:54).

Admitindo a existência de um sistema de cidades, Faissol na realidade está escolhendo um método quantitativo para revisar os estudos já feitos pelo IBGE sobre espaços polarizados, considerando a obra de Geiger (1963) sobre a evolução urbana do Brasil. Nessa revisão, se busca comprovar o poder analítico de seu método, reafirmando sua posição diante do campo geográfico brasileiro e do sistema federal de planejamento. Contudo, o texto reproduz alguns pontos de vista já presentes na obra de Geiger, por exemplo, a ideia de que a cidade colonial drena recursos da região para enviar para o estrangeiro (Faissol, 1972:54).

Faissol recupera ainda a leitura do fenômeno da cidade primaz e lhe confere uma explicação calcada na nova geografia. Essa cidade seria concentradora de serviços, indústrias, atividades culturais e um centro de comando, detentor de serviços ultraespecializados e, conseqüentemente, tendo necessidade de um mercado consumidor maior. Por isso, o modelo gravitacional explicaria a dinâmica dessas cidades, uma vez que “[...] [ele] representaria uma forma de equilíbrio espacial, entre os mecanismos do processo de desenvolvimento e os efeitos de localização espacial”, observando a possibilidade do uso da proporção alométrica para compreender as correlações espaciais (Faissol, 1972:55). A alometria é um ramo da biologia que se dedica ao estudo da proporção morfológica e de outros atributos dos seres vivos.

Nessa lógica, a distância exacerbada seria um fator de atraso para o desenvolvimento, existindo três impulsos de crescimento econômico, um passado de metrópole para metrópole regional, um transmitido através da hierarquia urbana e o último do centro urbano para sua área de influência, o que indica uma concepção de que as cidades são distribuidoras do desenvolvimento para sua hinterlândia e para os níveis inferiores na hierarquia urbana. Esse é o ensejo para que o autor destaque as reflexões de Berry sobre o tamanho das cidades, que se relaciona diretamente com seu poder de influência e com a distância para as outras cidades. Berry havia recuperado um modelo publicado por G. K. Zipf, em 1949, que basicamente considera a população absoluta das cidades frente à cidade mais populosa de um país, o que oferece uma classificação-tamanho (*rank-size*, no original). Faissol ressalta que nos modelos espaciais o produtor e o consumidor têm um comportamento racional procurando o serviço mais próximo, o que resulta no célebre padrão hexagonal da região, admitido pela teoria dos lugares centrais de Christaller.

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

Faissol (1972:57) coloca, por exemplo, que no caso de Fortaleza o tamanho da área de influência deve ser considerado detalhadamente, pois ele se relaciona com a sua capacidade de consumo e, diga-se de passagem, apesar de isso parecer uma novidade, já era uma ideia exposta por Kayser no seu capítulo sobre análise regional na *Geografia Ativa* (1966), ou seja, a capacidade de consumo e a renda *per capita* devem ser consideradas em um recorte regional.

Na sequência expositiva do texto, Faissol apresenta o que são os polos segundo sua concepção e fica evidente que o autor dá importância à questão da inovação técnica, reafirmando o papel da indústria e de suas relações locais intersetoriais. Nesse momento, o autor relembra a análise insumo-produto (*input-output*, em inglês, pensada inicialmente por W. Leontief), ou seja, uma matriz que mostra a interdependência de produtos e matérias primas no processo produtivo. Tal instrumento seria importante para o planejamento, contudo, pensar essa matriz em uma escala regional é um complicador.

Diante da problemática de analisar os polos, Faissol (1972:58) utiliza o método de Howard Gauthier, –ligado a W. Isard– apresentado, em 1971, no colóquio da União Geográfica Internacional (UGI) sobre métodos quantitativos ocorrido no Rio de Janeiro, que busca detectar integrações espaciais do polo de desenvolvimento, coadunando o seu tamanho e a estrutura econômica. Nas palavras do autor: “Com a distância assim transformada, faz-se então, uma regressão utilizando-se as magnitudes dos lugares como variável dependente e as distâncias a partir do lugar definido como de maior correlação no sistema de magnitudes e distâncias, como variável independente” (Faissol, 1972:59), o resultado da regressão é um índice que se é negativo indica neutralidade, próximo do zero demonstra fraca polarização e se positivo demonstra a força do polo.

Com base nesse modelo matemático, Faissol escolhe 152 cidades em função de seu tamanho demográfico e estrutura espacial, observando que quanto maior a quantidade de indústrias, maior a interação espacial devido ao recebimento de insumos de outros lugares. Novamente, o autor destaca a diferença da interação espacial no Norte-Nordeste e no Sul-Sudeste. Faissol (1972:61-62) contrapõe uma análise em nível nacional e outra em escala regional. Sinteticamente, essa primeira análise considera o tamanho das cidades, a distância entre elas e a magnitude da influência de suas indústrias.

Como resultado, São Paulo aparece em primeiro lugar, com 10% do poder de polarização e Rio de Janeiro em segundo, com 8,1%. Novamente, o diagnóstico é que São Paulo é bem integrada espacialmente com a região Centro-Sul e que o Rio de Janeiro possui uma interação maior em escala nacional em função de sua antiga posição como capital do Brasil. No tocante às interações, Porto Alegre aparece em terceiro lugar, Belo Horizonte em quarto e Curitiba em quinto, demonstrando que esses centros polarizam outras cidades e se consolidam como nós de interação econômica. No contexto da região Centro-Sul, Ribeirão Preto (estado de São Paulo) surge como grande centro industrial que não é uma metrópole e Goiânia/Brasília (esta última cidade não foi analisada) como o último centro polarizador do Centro-Sul, ou seja, aquele que tem a pontuação mais fraca (Faissol, 1972:65-66).

No caso da análise da região Norte-Nordeste as distâncias numéricas são maiores e Recife, Salvador, Fortaleza e Belém despontam como os maiores polos, concentrando 70% do fenômeno analisado, contudo, Belém e Fortaleza apresentam um fenômeno

atípico, pois as cidades no seu entorno têm uma pontuação baixa, sem capacidade polarizadora. Para escala nacional, sua conclusão é a seguinte:

Na realidade, é esta função industrial do complexo metropolitano paulista que está produzindo as mais importantes transformações estruturais na economia do Centro-Sul e mesmo do Brasil. O seu poder de geração de recursos e de crescimento autossustentado constitui a principal base de sustentação do sistema econômico-brasileiro (Faissol, 1972:70).

O trecho acima acaba por reforçar algumas ideias do planejamento regional, por exemplo, a concepção de acumulação causal de Myrdal ou a interpretação de Hirschman, ou seja, de que é necessário um processo de acumulação para que o desenvolvimento econômico ganhe volume, seguido de uma ação do Estado para espalhar regionalmente o sucesso econômico. Esse ponto de vista foi *grosso modo* o sustentado pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), que defende uma desconcentração industrial, desde que isto não afete economicamente o crescimento de São Paulo. O problema é que a concentração de renda aumentou no período e, do ponto de vista regional, a teoria dos polos pode ter contribuído para uma desconcentração concentrada em pontos do território privilegiados.

O prognóstico de Faissol tenta problematizar e complementar o método Rochefort, de maneira velada, focando apenas na capacidade industrial e demonstrando, em alguns casos, uma disjunção entre o coração industrial e o centro regional. Para o autor:

As cinco cidades são os polos industriais, acentuadamente de acordo com as concepções de metrópoles como centros de serviços e centros na sua periferia como os verdadeiros polos industriais, valendo-se das economias de escala da aglomeração metropolitana, mas levemente descentralizados em relação ao núcleo urbano propriamente dito. O problema está naturalmente ligado à forma de agregar ou desagregar os dados, pois certamente uma análise dos valores agregados para a área metropolitana, mesmo não incluindo Caxias do Sul no caso da área de Porto Alegre, indicaria a polarização que Porto Alegre exerceria, diretamente ou associada a Caxias do Sul. (Faissol, 1972:71)

Essa situação expõe a problemática de que, via de regra, no Brasil as metrópoles são centros de serviço, situando seus complexos industriais nas cidades conurbadas ao seu redor. Entretanto, São Paulo ainda é, em 1970, um centro de concentração, possuindo 47% da indústria nacional e 32,9% da indústria da região Centro-Sul.

Ao olhar a situação do Norte e Nordeste, Recife é o polo, mas não se articula satisfatoriamente com cidades menores da hierarquia urbana. Seria adequada uma maior interação espacial entre os centros nordestinos e seu entorno, pois Faissol (1972:74) indica a tendência da indústria de se propagar para sua periferia próxima.

Mesmo que Faissol tenha mobilizado uma série de modelos e explicações, fica patente que seu texto é bastante descritivo e que boa parte das teorias apresentadas serve como prenúncio da capacidade de análise da geografia quantitativa. A ausência de referências a Rochefort e a experimentação de um novo método, que se pretende mais neutro e exato, tenta dar uma nova roupagem para um tema antigo no âmbito do IBGE. Ficam

as problemáticas de pesquisa postas por Rochefort, algumas delas aprofundadas como a questão da magnitude industrial que foi explorada por Faissol. As divisões regionais que consideravam espaços homogêneos e polarizados são substituídas por uma região que é eminentemente o recorte de recenseamento estatístico, quantificando o poder de polarização das cidades a partir do poder industrial, da influência urbana dos serviços e do comércio. Para Faissol, a partir da perspectiva do *rank-size* os problemas regionais se manifestam a partir dos dados, se consubstanciando na não conformidade entre a realidade e o modelo elaborado, ou seja, na imposição de uma topologia ideal da distribuição dos centros urbanos no espaço.

Considerações finais

Neste curto artigo, se buscou demonstrar como os geógrafos do IBGE se apropriaram de algumas leituras dos polos de desenvolvimento e como tal teoria foi traduzida para a realidade brasileira. Notou-se uma forte influência da geografia ativa francesa para estruturação de um esquema de planejamento, em um momento que as teorias de Perroux e Boudeville eram difundidas em escala mundial. Poucos anos depois, com a ascensão de Faissol, a agenda de pesquisa é similar, agora com a influência dos teóricos da nova geografia. Vimos como nessa transição, P. Geiger mesclou a agenda de Rochefort em um diálogo com a nova geografia e com os autores consagrados mundialmente no planejamento regional.

Desde sua criação na década de 1930, o IBGE sofreu uma dupla influência em disputa tanto da geografia francesa, quanto da estadunidense, com prevalência da primeira até a década de 1970. A presença de Michel Rochefort no Brasil criou uma espécie de ortodoxia sobre a polarização que influenciou a prática dos ibgeanos, a regionalização do Brasil e deu subsídios para o planejamento na década de 1960. A ascensão de Faissol, um geógrafo cosmopolita e bastante ligado à geografia estadunidense, muda esse panorama quando ele se pretende o avatar da nova geografia no Brasil. Tal posição é uma aposta arriscada, pois visa ofertar para o governo da ditadura militar um conhecimento útil ao planejamento, em um momento em que os economistas galgam mais prestígio que os geógrafos na tarefa de desenvolver o país. Do ponto de vista sociológico, a estratégia de Faissol foi, além de mudar a metodologia dos seus trabalhos, como vimos, tentar uma revolução simbólica dentro do campo da geografia a partir do IBGE, o que passa pela prática na instituição, mas também pela propaganda da nova forma de se pensar teoricamente a geografia, facilmente reconhecida e identificada fora no país. Bourdieu (2023) nos coloca que o imperialismo cultural implica em um processo de internacionalização e unificação do campo científico, e que, sobretudo, a recepção intelectual é um processo de descontextualização dos textos. Nesse sentido, Faissol foi um *gatekeeper*, um curador, traduzindo autores da nova geografia na *RGB*, periódico que sempre gozou de enorme prestígio no campo. Ademais, Faissol organizou uma coletânea (Faissol, 1975 – F. Perroux é o único francês que perfila no índice) em que selecionou autores e concepções sobre os polos e sobre o planejamento regional, além de um livro que marca seu esforço de incorporar as novidades teóricas (Faissol, 1977), entretanto, nossa análise deixa claro que mesmo essa tentativa de revolução simbólica, não significou uma ruptura completa, pois nosso geógrafo teve que negociar com as tradições do campo e com a ortodoxia implementada por Rochefort, que havia anteriormente frutificado em estudos reconhecidamente importantes dentro e fora do

campo. Deixando entrar no Brasil textos, autores e perspectivas do estrangeiro – ideias transladadas fora do contexto original de enunciação - Faissol traduziu e teceu uma geografia quantitativa a sua maneira, visando a nosso ver, capitalizar o prestígio de um conhecimento aplicado, útil ao regime militar, se valendo da grande disposição dos organismos internacionais acadêmicos e políticos de incentivar o desenvolvimento econômico e o planejamento.

Acreditamos que todo esse processo reverbera a vocação para a organização do território brasileiro que o IBGE aspirou e efetivamente exerceu, de alguma maneira, desde sua fundação na década de 1930. A ditadura militar criou um sistema complexo de planejamento regional em que, gradativamente, o IBGE foi perdendo força em detrimento de órgãos como o IPEA. As elucubrações teóricas que vemos acima são parte desse processo, e, igualmente, são uma tentativa dos geógrafos de reassegurar sua posição, demonstrando que a geografia pode ser propositiva, mais do que elaborar diagnósticos sobre a situação do território, ou seja, os geógrafos aspiram ocupar um lugar no campo do planejamento regional que se institucionaliza no campo do Poder na transição da década de 1960 para 1970. É apenas no fim da década de 1970 que a geografia crítica brasileira –que tem bastante sucesso em promover sua revolução simbólica no campo– ocupa um lugar diametralmente oposto a tais perspectivas quantitativas do IBGE, confrontando-a com vigor.

Referências

- » Almeida, R. S. de. (2000). *A geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado do Programa de Geografia do programa de pós-graduação em Geografia.
- » Barbosa, Ignez C. (1967). Esboço de uma nova divisão regional do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, 29(3).
- » Beloch, Israel (org.) *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro*. Verbete: Plano Decenal. São Paulo: FGV, 2000a – acessado em 31 de outubro de 2017.
- » Bomfim, P. R. de A. (2008). *A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: estado e planejamento no período pós-64)*. Tese de doutorado, Programa de pós-graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP.
- » Bourdieu, P. (2023). *Impérialismes - circulation internationale des idées et luttes pour l'universel*. Paris: Raison d'agir.
- » Chorley, R. J. e Hagget, P. (1967). *Models in Geography*. Londres: Methuen.
- » Corrêa, R. Lobato (1969). Estudo das relações entre a cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*, 31(1).
- » Corrêa, R. Lobato (1968). Contribuição ao Estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Geografia*, 30(2).
- » Faissol, S. (1977). *Tendências atuais na geografia urbano-regional: teorização e quantificação*. Rio de Janeiro: IBGE.
- » Faissol, S. (org.) (1975). *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro: IBGE.
- » Faissol, S. (1972). Polos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica. *Revista Brasileira de Geografia*, 34(2).
- » Geiger, P.P. (1963). *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP/MEC.
- » Geiger, P.P. (1967). Geografia e planejamento. *Revista Brasileira de Geografia*, 29(3).
- » Geiger, P.P. (1969). Regionalização. *Revista Brasileira de Geografia*, 31(1).
- » George, P. (1976). Difficultés et incertitudes de la géographie. *Annales de Géographie*, 85(467).
- » George, P. (org.) (1966). *A geografia ativa*. São Paulo: Difel.
- » IBGE. Estudos básicos para definição de polos de desenvolvimento no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 29(1).
- » Kayser, B. (1966). A região como objeto de estudo da geografia. Em George, P. (org.) *A geografia ativa*. São Paulo: Difel.
- » Martin, A. R. e Machado, M. S. (org) (2014). *Dicionário dos geógrafos brasileiros – volume 1*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- » Pedrosa, B. V. (2022). Sudesul, projetos sub-regionais e polos de desenvolvimento: aplicação da teoria e o papel do campo geográfico. *Geografia ensino & pesquisa*, 26.

Polos de desenvolvimento e polarização na Revista...
BRENO VIOTTO PEDROSA

- » Pedrosa, B. V. (2021). Entre geógrafos e economistas: considerações sobre a polarização e os polos de desenvolvimento durante a ditadura militar no Brasil. *Formação (Presidente Prudente)*, 28, 597-623.
- » Rochefort, M. (1967). *O problema da regionalização no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- » Thrift, Nigel J. (1991). Peter Haggett's life in geography. En A. D. Cliff, P. R. Gould, A. G. Hoare y N. J. Thrift, *Diffusing geography essays for Peter Haggett*. Londres: Wiley-Blackwell.

Breno Viotto Pedrosa / breno.pedrosa@ufrgs.br

Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2008). Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dedica-se à história da geografia e à história do planejamento regional.